



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto

1.1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o credenciamento de instituições bancárias e/ou financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços de recebimento e processamento de Documentos de Arrecadação Municipal (DAM), boletos, guias e convênios relativos a tributos municipais (IPTU, ISS e taxas) e demais receitas públicas do Município de Nova União/MG, incluindo:

- a) Disponibilização de canais de recebimento;
- b) Processamento e validação dos pagamentos;
- c) Compensação bancária;
- d) Repasse dos valores arrecadados ao Município em d+1 (um) dia útil;
- e) Envio de arquivos eletrônicos e relatórios de retorno, necessários à conciliação e baixa dos pagamentos.

1.2. Natureza da contratação

A contratação ocorrerá por credenciamento, na forma do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, com atuação paralela e não excludente e seleção a critério de terceiros, uma vez que:

- 1.2.1 Múltiplas instituições poderão atuar simultaneamente; e
- 1.2.2 Caberá ao contribuinte escolher livremente o canal/instituição para pagamento do DAM.

1.3. Itens, unidade e quantitativos estimados

As quantidades estimadas destinam-se ao planejamento e não representam consumo cumulativo, uma vez que o contribuinte escolherá apenas um canal no pagamento do DAM.

Item	Produto	Unidade	QTD	VALOR Unitário	VALOR/ TOTAL
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTOS DE BOLETOS DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS, NOS GUICHÊS DE CAIXA .	DAM	10.000	R\$ 5,18	R\$ 51.800,00
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTOS DE BOLETOS DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS, CORRESPONDENTE BANCÁRIO E LOTÉRICAS .	DAM	10.000	R\$ 3,20	R\$ 32.000,00
03	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTOS DE BOLETOS DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS NOS TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO/CAIXA ELETRÔNICO/ TAA Multi Cartão (Terminal de Autoatendimento Multibanco) .	DAM	10.000	R\$ 2,75	R\$ 27.500,00
04	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTOS DE BOLETOS DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS, VIA INTERNET BANKING/ MOBILE .	DAM	10.000	R\$ 2,60	R\$ 26.000,00
05	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTOS DE BOLETOS DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS	DAM	10.000	R\$ 1,94	R\$ 19.400,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
ESTADO DE MINAS GERAIS

	RECEITAS PÚBLICAS, ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO.				
--	--	--	--	--	--

Ressalta-se que o pagamento das tarifas ocorrerá exclusivamente sobre a quantidade efetivamente arrecadada em cada canal, conforme medição e atesto.

1.4. Prazo de vigência

O credenciamento terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura/publicação do instrumento equivalente, prorrogável conforme a legislação vigente, desde que demonstrada a vantajosidade e mantidas as condições pactuadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação será realizada por credenciamento, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no art. 79, e no Decreto Municipal nº 1.520/2024, que regulamenta a aplicação da referida lei no âmbito do Município de Nova União/MG. O credenciamento será conduzido em condições padronizadas, isonômicas e não excludentes, permitindo a atuação simultânea de múltiplas instituições e assegurando ao contribuinte a escolha do canal/instituição para pagamento dos DAM.

2.2. A arrecadação de receitas próprias constitui atividade essencial e permanente da Administração Municipal. Assim, faz-se necessário disponibilizar ao contribuinte canais diversos, seguros e acessíveis para pagamento de tributos e demais receitas públicas municipais, garantindo o adequado processamento dos DAM e o repasse tempestivo dos valores arrecadados (D+1 útil), com envio de informações e arquivos eletrônicos para controle, conciliação e baixa dos pagamentos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução proposta consiste no credenciamento de instituições bancárias, devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços de arrecadação municipal por meio do recebimento de Documentos de Arrecadação Municipal (DAM), boletos, guias e convênios, relativos a tributos e demais receitas públicas do Município de Nova União/MG.

O credenciamento permitirá que múltiplas instituições atuem simultaneamente, sem exclusividade, assegurando maior capilaridade e disponibilidade de canais de pagamento ao contribuinte.

3.1. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

O serviço a ser prestado compreende, no mínimo:

- 3.1.1 Recebimento e processamento de DAM/boletos/guias emitidos pelo Município;
- 3.1.2 Disponibilização de canais presenciais e eletrônicos de pagamento;
- 3.1.3 Compensação bancária e repasse dos valores arrecadados ao Município em D+1 (um) dia útil;
- 3.1.4 Disponibilização de arquivos eletrônicos e relatórios para conciliação e baixa dos pagamentos;
- 3.1.5 Suporte operacional para correções e tratamento de inconsistências.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

4.1. A execução do objeto compreende as seguintes etapas:

- 4.1.1 Emissão do DAM/guia pelo Município, com identificação padronizada e informações necessárias ao recebimento;
- 4.1.2 Disponibilização do documento ao contribuinte, por meio dos canais oficiais do Município;
- 4.1.3 Pagamento pelo contribuinte, que escolherá livremente a instituição credenciada e o canal disponível;
- 4.1.4 Processamento e validação do pagamento pela instituição credenciada;
- 4.1.5 Compensação e repasse financeiro do valor arrecadado à conta indicada pelo Município, no prazo definido;
- 4.1.6 Envio de arquivos eletrônicos/relatórios de retorno para conferência, conciliação e baixa dos pagamentos;
- 4.1.7 Conferência e fiscalização pela Administração Municipal, com registro de ocorrências e adoção de providências quando necessário.

4.2. Condições operacionais mínimas

- 4.2.1 Receber DAM com código de barras e identificação padronizada;
- 4.2.2 Registrar o pagamento com identificação do canal utilizado;
- 4.2.3 Assegurar integridade dos dados e rastreabilidade por DAM;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.2.4 Manter disponibilidade do serviço, adotando rotinas de contingência.

4.3. Repasse e prazos

4.3.1 Repasse financeiro: D+1 (um) dia útil.

4.3.2 Arquivo/retorno de arrecadação: em periodicidade definida pelo Município (preferencialmente diária), conforme layout e regras no edital/anexos técnicos.

4.4. Tratamento de inconsistências

Quando identificadas divergências de dados, ausência de retorno ou inconsistências na conciliação, a credenciada deverá:

4.4.1 Prestar esclarecimentos;

4.4.2 Reenviar arquivos/retornos;

4.4.3 Corrigir informações;

4.4.4 Cooperar com a equipe técnica municipal para regularização, no prazo definido em notificação.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. **Requisitos mínimos de habilitação e operação**

5.1.1 Possuir autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil;

5.1.2 Comprovar capacidade técnica-operacional para recebimento e processamento de DAM, nos canais/modalidades para os quais solicitar credenciamento;

5.1.3 Operar com segurança, disponibilidade e rastreabilidade compatíveis com o objeto;

5.1.4 Observar sigilo bancário, segurança da informação e boas práticas de proteção de dados;

5.1.5 Manter regularidade fiscal, trabalhista e jurídica durante toda a vigência.

5.2. **Canais mínimos de recebimento**

5.2.1 Guichê/caixa presencial;

5.2.2 Correspondente bancário e lotéricas (quando aplicável);

5.2.3 Terminal de autoatendimento/caixa eletrônico;

5.2.4 Internet banking e/ou mobile banking;

5.2.5 Gerenciador financeiro para pessoa jurídica;

5.2.6 Débito automático (quando aplicável).

5.3. **Vedação de cobrança ao contribuinte**

É vedada a cobrança de tarifas, custos adicionais ou encargos ao contribuinte no ato do pagamento. As tarifas do serviço serão suportadas pelo Município, conforme condições do credenciamento.

5.4. **Sustentabilidade (aplicável ao serviço)**

Em razão da natureza do objeto, deverão ser observadas práticas que reduzam consumo de papel e deslocamentos, priorizando:

5.4.1 Disponibilização de canais eletrônicos de pagamento (internet/mobile);

5.4.2 Disponibilização de relatórios e arquivos em meio digital;

5.4.3 Comunicação eletrônica entre Município e credenciados, sempre que possível.

5.5. **Indicação de marca/modelo**

Não se aplica.

5.6. **Exigência de amostra**

Não se aplica.

5.7. **Subcontratação**

Não será admitida subcontratação do objeto principal, especialmente as rotinas de arrecadação, processamento, compensação e repasse.

5.8. **Garantia da contratação**

Não haverá exigência de garantia de execução (arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021), considerando a natureza do credenciamento, a padronização das condições, a possibilidade de atuação paralela e não excludente e a mitigação por meio de controles e sanções contratuais.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO ESTADO DE MINAS GERAIS

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, presencial ou por meio de videoconferência, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização Administrativa

6.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.8. Cabe ao gestor do contrato:

6.8.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.8.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.8.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Registros e comunicações

6.9. Todas as comunicações relevantes deverão ser realizadas por escrito (ofício, e-mail institucional ou sistema eletrônico utilizado pelo Município);

6.10. Deverão ser mantidos registros atualizados em processo administrativo próprio, incluindo relatórios de arrecadação, arquivos de retorno, comprovantes de repasse, notas fiscais/faturas, planilhas de controle, registros de conciliação e documentos de fiscalização.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
ESTADO DE MINAS GERAIS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a instituição credenciada que:

- a) der causa à inexecução parcial do ajuste;
- b) der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do ajuste;
- d) ensejar o retardamento injustificado na execução das obrigações (especialmente repasse D+1 e envio de retornos);
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa;
- f) praticar ato fraudulento na execução;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- i) descumprir prazos de repasse (D+1) sem justificativa;
- j) deixar de enviar arquivos/relatórios de retorno, ou enviá-los com inconsistências reiteradas, sem correção após notificação;
- k) interromper ou indisponibilizar injustificadamente canais de arrecadação contratados/operados;
- l) descumprir outras obrigações previstas neste TR, no Edital e no Termo de Credenciamento.

7.2. Poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

A aplicação das sanções previstas neste *Termo de Referência* não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.5.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados no ato do credenciamento e demais canais oficiais cadastrados pela instituição.

7.5.2 Os endereços eletrônicos informados pela instituição no ato do credenciamento serão considerados válidos para comunicações formais, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovaadamente enviadas.

7.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.6.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.6.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 7.6.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.6.4 Os danos que dela provierem para o contratante; e
- 7.6.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO ESTADO DE MINAS GERAIS

12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.9.1 As penalidades serão registradas nos sistemas/cadastros municipais aplicáveis e publicadas conforme a legislação e procedimentos internos do Município.

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Medição

8.1. A medição será realizada com base na quantidade efetiva de DAM pagos, segregada por canal/modalidade, conforme arquivos e relatórios de retorno apresentados pela credenciada e validados pela Administração.

Recebimento

8.2. Considera-se executado o serviço quando:

- 8.2.1 Houver confirmação do pagamento no retorno/relatório;
- 8.2.2 Houver repasse do valor arrecadado no prazo pactuado;
- 8.2.3 Houver validação da conciliação pelo fiscal.

Liquidação e pagamento das tarifas

8.3. O pagamento das tarifas ocorrerá mediante:

- 8.3.1 Apresentação de nota fiscal/fatura;
- 8.3.2 Relatórios e arquivos consolidados do período;
- 8.3.3 Comprovação de repasses no prazo;
- 8.3.4 Atesto do fiscal competente.

Forma de pagamento e prazo de pagamento

8.4. O pagamento será realizado por ordem bancária/transferência para conta indicada pela credenciada, após a liquidação, observadas retenções tributárias aplicáveis.

Critério para análise de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro (inviabilidade no credenciamento)

8.5. Considerando a natureza do credenciamento, realizado em condições padronizadas, isonômicas e não excludentes, eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro individual por parte de instituição credenciada não serão admitidos, por serem incompatíveis com o modelo adotado, uma vez que poderiam implicar alteração de condições econômicas aplicáveis apenas a um credenciado, comprometendo a isonomia entre os participantes.

8.6. Caso a Administração, por motivo devidamente justificado e com base em pesquisa de mercado atualizada, entenda necessária a revisão das tarifas, eventual atualização deverá ocorrer de forma geral e impessoal, com aplicação simultânea a todos os credenciados, mediante formalização por instrumento próprio, assegurada a publicidade e a manutenção do interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO ESTADO DE MINAS GERAIS

Reajuste

8.7. A recomposição de valores será tratada exclusivamente por meio de reajuste anual, aplicável de forma uniforme a todos os credenciados, com base no IPCA/IBGE, preservando a igualdade de condições e a segurança jurídica do procedimento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CREDENCIADO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Forma de seleção

9.1. A seleção das instituições será realizada por meio de procedimento auxiliar de credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, em caráter paralelo e não excludente, sendo admitidas todas as instituições que atendam integralmente às condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

Critério de credenciamento

9.2. Serão credenciadas todas as instituições que:

- 9.2.1 Comproven autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil;
- 9.2.2 Atendam aos requisitos técnicos-operacionais para recebimento e processamento de DAM e arrecadação municipal;
- 9.2.3 Apresentem a documentação de habilitação exigida;
- 9.2.4 Aceitem integralmente as condições padronizadas do credenciamento, incluindo prazos, obrigações e valores unitários estabelecidos.

O credenciamento poderá ocorrer por item/modalidade, sendo admitida a habilitação da instituição para 1 (um) ou mais canais, conforme solicitado e comprovado.

Forma de escolha da instituição (seleção a critério de terceiros)

9.3. A escolha da instituição credenciada ocorrerá a critério do contribuinte, beneficiário direto do serviço, que poderá optar livremente pelo canal e pela instituição de sua preferência no ato do pagamento, conforme hipótese prevista no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Forma de prestação dos serviços

9.4. A prestação dos serviços ocorrerá de forma contínua e sob demanda, conforme a emissão de DAM/guias pelo Município e a realização do pagamento pelos contribuintes, abrangendo o recebimento, processamento, compensação bancária, repasse financeiro e disponibilização de relatórios e arquivos eletrônicos de retorno, nos prazos definidos neste Termo de Referência.

Critérios de aceitabilidade das condições econômicas

9.5. Para fins de credenciamento, as instituições interessadas deverão aceitar os valores unitários definidos no edital/TR, estabelecidos com base em pesquisa de mercado, os quais serão aplicados de forma uniforme e isonômica a todos os credenciados.

9.6. Não serão admitidas propostas com condições diferenciadas, descontos, acréscimos ou qualquer forma de negociação individual de tarifas, sob pena de violação à isonomia e descaracterização do credenciamento.

Exigências de habilitação

9.7. Para fins de credenciamento, a instituição interessada deverá comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.7.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com comprovação de poderes de representação;
- 9.7.2 Documentos de constituição/registro conforme natureza jurídica da instituição;
- 9.7.3 Quando aplicável, registro de filial/sucursal/agência.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO ESTADO DE MINAS GERAIS

por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.10. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.13. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.14. Caso o credenciado seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

9.15. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, quando aplicável.

Qualificação Técnica

9.15.1 Comprovação de autorização do Banco Central do Brasil para funcionamento;

9.15.2 Comprovação de capacidade técnica-operacional para recebimento e processamento de DAM, com disponibilização dos canais/modalidades para os quais solicitar credenciamento;

9.15.3 Declaração de atendimento aos prazos de repasse **D+1 útil** e envio de arquivos/relatórios de retorno.

Disposições gerais sobre habilitação

9.15.4 Não serão aceitos documentos com divergência de CNPJ, salvo hipóteses legalmente admitidas;

9.15.5 Todos os documentos deverão estar válidos na data da apresentação;

9.15.6 As instituições deverão manter as condições de habilitação durante toda a vigência do credenciamento.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado da contratação foi definido com base em pesquisa de mercado e contratações públicas similares, adotando-se valores unitários por canal como referência, conforme tabela constante do item 1.3 deste Termo de Referência.

10.2. A estimativa possui caráter referencial e estimativo, destinada ao planejamento e ao estabelecimento do valor de referência do credenciamento, sendo o pagamento vinculado ao quantitativo efetivamente executado.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotações específicas consignadas no orçamento municipal, dentre as quais, a título exemplificativo, constam:

Dotação Orçamentária	Fonte
02.02.01.04.122.0003.2010.3.3.90.39.00	1.500.000.0000

11.2. As dotações específicas para cada exercício e unidade serão indicadas na fase de empenho e execução orçamentária, conforme necessidade e programação financeira.

12. MATRIZ DE RISCOS

Em observância ao art. 55 do Decreto Municipal nº 1.520/2024, a avaliação detalhada dos riscos (probabilidade, impacto, tratamento, contingência e responsáveis) encontra-se formalizada em Matriz de Riscos, a qual seguirá anexa a este Termo de Referência.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Este Termo de Referência foi elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar relativo CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS EM ATENDIMENTO à demanda da Secretaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Municipal de Fazenda e em conformidade com as normas regidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, devidamente adaptado às especificidades e à realidade administrativa do Município de Nova União/MG.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 1.520/2024, das demais normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como dos princípios que regem a Administração Pública.

13.3. As informações constantes deste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, ressalvada a possibilidade de classificação, quando cabível e devidamente motivada nos autos do processo administrativo, da pesquisa detalhada de preços e de suas memórias de cálculo, até a conclusão do certame, em atenção ao interesse público.

13.4. O credenciamento permanecerá aberto durante a vigência, permitindo ingresso de novas instituições aptas.

14. IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO SERVIDOR (OU EQUIPE) RESPONSÁVEL

Guilherme Magalhães Oliveira
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Nova União, 02 de Fevereiro de 2026.

